

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Fevereiro/2020

Assembleia Legislativa do Estado do Amapá
I I Concurso Público para provimento de cargos vagos
Assistente Legislativo – Atividade Legislativa
Especialidade: Assistente Legislativo

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C24', Tipo 005

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-005

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
 Conhecimentos Específicos
 Discursiva-Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Economia Verde implica uso racional dos recursos naturais e inclusão social.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
 - contém as propostas e os espaços para os rascunhos da Prova Discursiva-Estudo de Caso.
 Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
 Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou qualquer anotações.
- Em hipótese alguma os rascunhos da Prova Discursiva-Estudo de Caso serão corrigidos.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Português**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, baseie-se no texto abaixo.

[O motor da preguiça]

Acho que a verdadeira força motriz do desenvolvimento humano, a razão da superioridade e do sucesso do Homem, foi a preguiça. A técnica é fruto da preguiça. O que são o estilingue, a flecha e a lança senão maneiras de não precisar ir lá e esgoelar a caça ou um semelhante com as mãos, arriscando-se a levar a pior e perder a viagem? O que estaria pensando o inventor da roda senão no eventual desenvolvimento da charrete, que, atrelada a um animal menos preguiçoso do que ele, o levaria a toda parte sem que ele precisasse correr ou caminhar?

Toda a história das telecomunicações, desde os tambores tribais e seus códigos primitivos até os sinais da TV e a internet, se deve ao desejo humano de enviar a mensagem em vez de ir entregá-la pessoalmente. A fome de riqueza e poder do Homem não passa da vontade de poder mandar os outros fazerem o que ele tem preguiça de fazer, seja de trazer os seus chinelos ou construir suas pirâmides.

*A química moderna é filha da alquimia, que era a tentativa de ter o ouro sem ter que procurá-lo, ou trabalhar para merecê-lo. A física e a filosofia são produtos da contemplação, que é um subproduto da indolência e uma alternativa para a sesta. A grande arte também se deve à preguiça. Não por acaso, o que é considerada a maior realização da melhor época da arte ocidental, o teto da Capela Sistina, foi feita pelo Michelangelo deitado. Marcel Proust escreveu **Em busca do tempo perdido** deitado. Vá lá, recostado. As duas maiores invenções contemporâneas, depois do antibiótico e do microchip, que são a escada rolante e o manobrista, devem sua existência à preguiça. E nem vamos falar no controle remoto.*

(Adaptado de: VERISSIMO, Luis Fernando. **O mundo é bárbaro**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 54-55)

1. No segundo parágrafo, a *fome de riqueza e poder do Homem* é dada como justificativa para a
 - (A) obtenção de meios que lhe permitam dominar seus semelhantes, obrigando-os às mais variadas tarefas.
 - (B) improvisação permanente de técnicas ineficazes, pelas quais o poderio almejado se transforma em duro fracasso.
 - (C) criação de obras de arte de valor inestimável, como as produzidas pela genialidade de Michelangelo e de Proust.
 - (D) contemplação filosófica, que leva os homens a erguerem seu pensamento para as mais altas ideias.
 - (E) substituição do talento pessoal pelo esforço de chegar a alguma invenção de grande repercussão política.

2. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *uma alternativa para a sesta* (3º parágrafo) = uma alternância de repouso.
 - (B) *um subproduto da indolência* (3º parágrafo) = um efeito secundário da preguiça.
 - (C) *verdadeira força motriz do desenvolvimento* (1º parágrafo) = real intenção do progresso.
 - (D) *arriscando-se a levar a pior* (1º parágrafo) = expondo-se aos imprevistos.
 - (E) *são produtos da contemplação* (3º parágrafo) = tornam-se produtivamente visíveis.

3. Para obter os efeitos do humor ácido que caracteriza suas crônicas, Luis Fernando Veríssimo explora nesse texto, metodicamente,
 - (A) uma sequência de invenções imaginárias, às quais se atribui uma importância que efetivamente elas não poderiam ter.
 - (B) o critério da fantasia histórica, pela qual se considera que todas as invenções nasceram da vocação humana para o humor.
 - (C) o contraste entre motivações falsas e motivações verdadeiras nas criações humanas, de modo que o leitor não consiga distinguir umas das outras.
 - (D) uma série diferenciada de impulsos humanos que nos permitem atestar a finalidade real das invenções da modernidade.
 - (E) a desproporção entre a grande importância de diferentes criações humanas e um mesmo motivo trivial que as teria impulsionado.



4. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Até mesmo as artes não deixam de escapar dos atributos da preguiça, cujos se tornam essenciais para seu desempenho de grandes criações.
 - (B) Estaria numa lei do mínimo esforço as razões segundo as quais nosso trabalho seria amenizado no caso de satisfizermos a nossa preguiça.
 - (C) Ao colocar na mesma frase os termos *chinelos* e *pirâmides*, o autor usufrue de seu talento para um efeito de humor no qual não estamos isentos.
 - (D) É notória a capacidade que tem esse cronista de, por meio de um humor sagaz e extremamente crítico, levar seus leitores ao riso irônico.
 - (E) Conquanto não se deve rir da técnica e da ciência, esse autor as submete ao ridículo quando as atribui o valor da preguiça que lhes motiva.
-
5. Há pleno atendimento às normas de concordância verbal na frase:
- (A) Aos alquimistas ocorriam, muitas vezes, nos momentos de maior ambição, a possibilidade de se fabricar o ouro a partir de operações a se realizar num laboratório químico.
 - (B) Uma obra de arte, sejam nos livros, sejam nos painéis, costuma-se produzir em momentos onde não faltam aos artistas algum tempo de ócio criativo.
 - (C) Aos momentos de preguiça deve-se, segundo o autor, a inspiração para que se alcancem alguns resultados que, sem ela, não se revelariam possíveis.
 - (D) Estilingues, flechas e lanças, a se crerem nos argumentos do cronista, constitui um arsenal bélico destinado a satisfazer os impulsos que decorrem da nossa preguiça.
 - (E) Na história das telecomunicações não haveriam como deixar de notar os atributos da preguiça, que se manifesta como um desejável encurtamento das distâncias.

Atenção: Para responder às questões de números 6 a 10, baseie-se no texto abaixo.

Novas formas de vida?

Uma forma radical de mudar as leis da vida é produzir seres completamente inorgânicos. Os exemplos mais óbvios são programas de computador e vírus de computador que podem sofrer evolução independente.

*O campo da programação genética é hoje um dos mais interessantes no mundo da ciência da computação. Esta tenta emular os métodos da evolução genética. Muitos programadores sonham em criar um programa capaz de aprender e evoluir de maneira totalmente independente de seu criador. Nesse caso, o programador seria um **primum mobile**, um primeiro motor, mas sua criação estaria livre para evoluir em direções que nem seu criador nem qualquer outro humano jamais poderiam ter imaginado.*

Um protótipo de tal programa já existe – chama-se vírus de computador. Conforme se espalha pela internet, o vírus se replica milhões e milhões de vezes, o tempo todo sendo perseguido por programas de antivírus predatórios e competindo com outros vírus por um lugar no ciberespaço. Um dia, quando o vírus se replica, um erro ocorre – uma mutação computadorizada. Talvez a mutação ocorra porque o engenheiro humano programou o vírus para, ocasionalmente, cometer erros aleatórios de replicação. Talvez a mutação se deva a um erro aleatório. Se, por acidente, o vírus modificado for melhor para escapar de programas antivírus sem perder sua capacidade de invadir outros computadores, vai se espalhar pelo ciberespaço. Com o passar do tempo, o ciberespaço estará cheio de novos vírus que ninguém produziu e que passam por uma evolução inorgânica.

Essas são criaturas vivas? Depende do que entendemos por “criaturas vivas”. Mas elas certamente foram criadas a partir de um novo processo evolutivo, completamente independente das leis e limitações da evolução orgânica.

(Adaptado de HARARI, Yuval Noah. **Sapiens, Uma breve história da humanidade**. Trad. Janaína Marcoantonio. Porto Alegre: L&PM, 38. ed., 2018, p. 419-420).

6. A *forma radical de mudar as leis da vida*, investigada ao longo do texto, está na possibilidade de o homem
- (A) alargar de tal modo nossa compreensão do que seja a vida que passe a aceitar como vivas as propriedades dos minerais.
 - (B) combater tão completamente a ação dos vírus existentes que passe a dominá-los e a utilizá-los como contravenenos.
 - (C) ver desenvolver-se, para além de sua aplicação científica, uma evolução inorgânica que ocorra com plena autonomia.
 - (D) alcançar sua meta mais ousada, representada pelo controle do ciberespaço e de todas as formas que nele se encontram.
 - (E) dominar tão completamente as leis da genética que possa um dia vir a interferir sobre a longevidade e a qualidade do viver.



7. Considere estas orações:

- I. Os vírus de computador são formas inorgânicas.
- II. Os vírus de computador podem evoluir por si mesmos.
- III. Os vírus de computador replicam-se milhões de vezes.

Essas três orações integram-se num período único, correto e coerente em:

- (A) Uma vez que se repliquem milhões de vezes, as formas inorgânicas do vírus de computador passa a evoluir a partir de si mesmos.
- (B) Ao serem formas inorgânicas, os vírus de computador evoluem, à proporção em que se repliquem por milhões de vezes.
- (C) As formas inorgânicas que são os vírus de computador podem evoluir por si mesmas, replicando-se milhões de vezes.
- (D) Por replicarem-se milhões de vezes, as formas inorgânicas que são os vírus de computador, são assim mesmo capazes de evoluir.
- (E) Ao evoluírem por si mesmos, à medida que se replicam milhões de vezes, os computadores se apresentam como formas inorgânicas.

8. A pontuação está inteiramente adequada no seguinte enunciado:

- (A) O autor do texto inteira-nos, do desenvolvimento de certos vírus, que constituem um processo que se dá, inteiramente à margem do nosso controle.
- (B) Não deixa de ser assustadora a possibilidade de que nós, criaturas orgânicas, sejamos capazes de, a certa altura, concorrermos para uma evolução inorgânica.
- (C) Vista como forma radical, de evolução inorgânica, a propagação de vírus, é um fato da computação.
- (D) Ao falar do conceito de vida, o autor do texto, previne que seria preciso alargá-lo, tendo em vista: o que a ciência tem evoluído.
- (E) Pergunta-se se seria possível chamar também de vida, essas novas formas mutantes, de vírus de computador?

9. No último parágrafo do texto, sugere-se que

- (A) a evolução orgânica de formas computadorizadas concorre para que os vírus se propaguem livremente.
- (B) a evolução inorgânica está na dependência de que se passe a dominar inteiramente as leis da genética.
- (C) o conceito mesmo de "vida" está entre os poucos fundamentos da ciência que não admite ser contestado.
- (D) o âmbito da biologia e da genética não inclui processos que se possam reconhecer como propriamente evolutivos.
- (E) a ocorrência de uma evolução inorgânica pode condicionar uma nova compreensão do que seja uma criatura viva.

10. Um segmento baseado no texto ganha nova redação, sem prejuízo para sua clareza, sua correção e seu sentido básico, em:

- (A) Com o passar do tempo, o ciberespaço estará cheio de novos vírus. // A mutação de muitos vírus, ao longo dos anos, se propagarão pelo ciberespaço.
- (B) Depende do que entendemos por "criaturas vivas" para assim chamar os novos vírus. // A condição para serem vivos os novos vírus dependerá de como vemos essas criaturas.
- (C) A ciência da computação tenta emular os métodos da evolução. // Os métodos da evolução são combatidos pelos da computação.
- (D) Haverá um programa capaz de evoluir independentemente de seu criador. // Chegará o tempo em que um programa dispensará seu criador para vir a evoluir.
- (E) Conforme se espalha pela internet, o vírus se replica milhões de vezes. // Não obstante se propaguem pela internet, o vírus reage por milhões de vezes.

Raciocínio Lógico-Matemático

11. A negativa da afirmação "*Todos os homens carregam todas suas malas*" é

- (A) Todos os homens carregam apenas uma de suas malas.
- (B) Pelo menos um homem não carrega nenhuma de suas malas.
- (C) Todos os homens não carregam nenhuma de suas malas.
- (D) Pelo menos um homem não carrega todas suas malas.
- (E) Nenhum homem carrega todas suas malas.



12. Para que um montante de laranjas possa ser dividido em 7 grupos, com um deles contendo $\frac{1}{2}$ do total de laranjas, outro contendo $\frac{1}{3}$ do total de laranjas e os 5 restantes contendo cada um deles a mesma quantidade de laranjas, é necessário, e suficiente, que o montante total de laranjas seja múltiplo de
- (A) 24
(B) 18
(C) 60
(D) 30
(E) 90
-
13. Em uma mistura de água e óleo, o óleo corresponde a 20% do volume. Se 25% da água na mistura evaporar, o volume de óleo passará a corresponder, em porcentagem, a
- (A) 32
(B) 40
(C) 24
(D) 30
(E) 25
-
14. Gabriel tem três brinquedos que ganhou nos três últimos aniversários: um avião, um barco e um ônibus. O ônibus é azul, e o brinquedo mais antigo é vermelho. Sabe-se também que o barco é mais novo do que o ônibus, e que o avião é mais antigo do que o amarelo. Assim, está correto afirmar que
- (A) o ônibus é o mais novo, e o avião, o mais antigo
(B) o avião é o mais antigo, e o barco não é o mais novo.
(C) o barco é amarelo, e o avião é o mais antigo.
(D) o barco é vermelho, e o ônibus não é o mais novo.
(E) o avião é amarelo, e o barco é o mais novo.

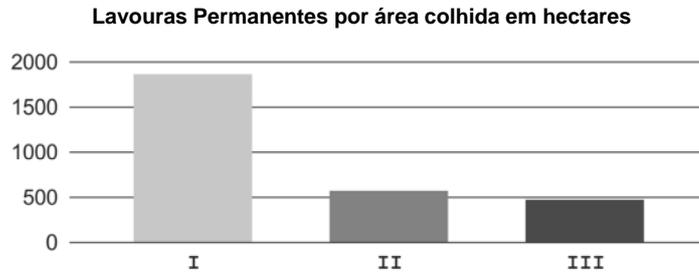
Geografia e História do Amapá

Atenção: As questões de números 15 a 17 referem-se à Geografia do Amapá.

15. Segundo a Agência Nacional de Águas (ANA), o estado do Amapá faz parte de uma importante região hidrográfica brasileira que apresenta, dentre outras, as seguintes características:
- (A) O uso urbano da água é preponderante e estão presentes na região dois biomas brasileiros: Cerrado e Amazônico.
(B) Maior área úmida contínua do planeta, com densidade demográfica cerca de 3,5 vezes menor que a média nacional.
(C) Com densidade populacional menor que a média nacional, concentra a maior disponibilidade de águas superficiais do país.
(D) Precipitação média anual bem menor do que a média nacional, possui grande potencial turístico: pesca esportiva, turismo ecológico, praias fluviais.
(E) Região com maior área irrigada e maior aproveitamento do potencial hidráulico disponível, tendo como destaque o uso industrial.
-
16. *A população do Amapá ultrapassou os 845 mil habitantes em julho de 2019, segundo estimativa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).*
- (Disponível em: <https://glo.bo/36F8ofV>)
- A partir da notícia e de seus conhecimentos sobre aspectos demográficos do Amapá, é correto afirmar que:
- (A) O estado teve aumento de quase 2% no número de moradores em relação a 2018, mas ainda permanece como o penúltimo estado mais populoso do país.
(B) Os municípios próximos ao Pará continuam crescendo, confirmando a tendência de Macapá concentrar menos de 50% da população do estado.
(C) Além de Macapá, os municípios de Santana, Mazagão e Calçoene são os mais populosos, segundo a estimativa feita pelo IBGE.
(D) A imigração de venezuelanos e a migração de paulistas e mineiros, resultado das políticas de descentralização industrial, explicam o crescimento demográfico noticiado.
(E) Com o crescimento populacional o estado passou a ser o terceiro mais populoso da região Norte, embora permaneça pouco povoado.



17. Considere o gráfico abaixo.



(Adaptado de: **CensoAgro2017, IBGE**)

De acordo com seus conhecimentos sobre a produção agrícola no Amapá, os números I, II e III do gráfico referem-se, respectivamente, às lavouras de:

- (A) maracujá, laranja e pupunha.
- (B) açaí, banana e cupuaçu.
- (C) banana, maracujá e laranja.
- (D) abacate, pupunha e açaí.
- (E) cupuaçu, abacaxi e açaí.

Atenção: As questões de números 18 a 20 referem-se à História do Amapá.

18. A exploração da borracha fez parte da história econômica da Região Norte em dois importantes momentos ou “ciclos”, favorecidos, respectivamente, pela

- (A) liberação das manufaturas no Brasil, no começo do século XIX e a consequente necessidade de abastecer o mercado interno, e pelo fracasso da política do café com leite nos anos 1920, que favoreceu a expansão dos seringais.
- (B) pela criação da indústria automobilística no Brasil, a exemplo da Fordlândia, nos anos 1930, e pela posição vantajosa do Brasil na comercialização com o bloco socialista, durante a Guerra Fria.
- (C) conclusão da ferrovia Madeira-Mamoré no final do século XIX e pelos planos econômicos de desenvolvimento do Norte e do Nordeste, executados pelo governo João Goulart.
- (D) aquisição do Acre, antes pertencente à Bolívia, no início do século XX, e pela alta na demanda internacional por borracha durante a II Guerra Mundial.
- (E) escassez do produto no mercado, durante a I Guerra Mundial, e pela criação de uma grande estatal para a exploração do látex, ao fim do governo militar brasileiro.

19. A população negra é parte da sociedade amapaense e a existência de diversos quilombos atesta o caráter histórico dessa presença. A respeito dos quilombos no Amapá, considere as afirmações abaixo.

- I. Atualmente, a maior parte se concentra nas áreas rurais de Macapá e Santana, e tem o cultivo da terra como base de sua economia.
- II. Houve uma rota de fuga de escravos para a região norte do Amapá, área contestada pela França, quando o governo francês decretou a abolição da escravidão em 1848.
- III. Os quilombos se formaram com presença exclusiva de negros fugidos, uma vez que havia rígido critério étnico aplicado a quem poderia integrá-lo.
- IV. Nas últimas décadas, dezenas de comunidades quilombolas tiveram Certidão de Autorreconhecimento emitida pela Fundação Cultural Palmares, mas um número bem menor possui título de regularização fundiária.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) III e IV.

20. Com as mudanças na proporção da representação eleitoral para a Câmara dos Deputados impostas pelos chamados “Pacotes de Abril” de 1977, durante o governo de Ernesto Geisel, o então Território Federal do Amapá teve seu número de representantes

- (A) mantido em 1.
- (B) ampliado de 1 para 2.
- (C) reduzido de 2 para 1.
- (D) ampliado de 0 para 1
- (E) duplicado de 2 para 4.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Redação Legislativa**

Atenção: Para responder às questões de números 21 a 23, considere o texto a seguir:

Entrando na Câmara, verifiquei que a grandiosa representação que eu fazia do legislador, não se me tinha diminuído com o exame da opaca figura do doutor Castro. Era uma exceção, mas certamente os outros deviam ser quase semideuses, mais que homens, pois eu queria-os com força e com faculdades capazes de atender e de pesar tão vários fatos, tão desconhecidas considerações, tantas e tão sutis condições da existência de cada e da de todos. Para tirar regras seguras para a vida total desse entrechoque de paixões, de desejos, de ideias e de vontades, o legislador tinha que ter a ciência da terra e a claridade do céu e sentir bem nítido o alvo incerto para que marchamos, na bruma do futuro fugidio. Quanta penetração! Quanto amor! Que estudo e saber não lhe eram exigidos! Era preciso tudo, tudo! A Teologia e a Física, a Alquimia! ... Era preciso saber tudo e sentir tudo! Era na verdade um vasto e alevantado ofício!

(Adaptado de: BARRETO, Lima. **Memórias do escrivão Isaías Caminha**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1971, p.49)

21. Trata-se de um enunciado de sentido completo o que se encontra em:

- (A) *Que estudo e saber ...*
- (B) *... de desejos, de ideias e de vontades ...*
- (C) *Quanto amor!*
- (D) *Entrando na Câmara, verifiquei ...*
- (E) *Para tirar regras seguras para a vida total desse entrechoque de paixões ...*

22. Estabelece-se entre as ideias das orações *Era uma exceção, mas certamente os outros deviam ser quase semideuses (...)* relação de

- (A) coordenação, articulada pelo emprego do sentido de adversidade do conectivo.
- (B) paralelismo, efetuado pela independência entre as orações.
- (C) subordinação, efetuada pelo sentido de oposição entre as orações.
- (D) situação, marcadamente designada pela presença de advérbios.
- (E) nominação, efetuada pelo emprego de substantivos.

23. Os elementos do texto estão predominantemente concentrados no

- (A) contexto, indicado na ação do narrador de entrar no espaço da Câmara.
- (B) conteúdo, descrito na representação que o narrador faz de um legislador.
- (C) receptor, evidenciado na figura do doutor Castro.
- (D) emissor, explícito nas impressões e exclamações proferidas pelo narrador.
- (E) canal, figurado pelas memórias do escrivão Isaías Caminha.

Atenção: Para responder às questões de números 24 a 27, considere o texto a seguir:

Nem Hazeroth nem Magog foram eleitos. As suas bolas saíram do saco, é verdade, mas foram inutilizadas, a do primeiro por faltar a primeira letra do nome, a do segundo por lhe faltar a última. O nome restante e triunfante era o de um argentário ambicioso, político obscuro, que subiu logo à poltrona ducal, com espanto geral da república. Mas os vencidos não se contentaram de dormir sobre os louros do vencedor; quiseram uma devassa. A devassa mostrou que o oficial das inscrições intencionalmente viciara a ortografia de seus nomes. O oficial confessou o defeito e a intenção; mas explicou-os dizendo que se tratava de uma simples elipse; delito, se o era, puramente literário. Não sendo possível perseguir ninguém por defeitos de ortografia ou figuras de retórica, pareceu acertado rever a lei. Nesse mesmo dia ficou decretado que o saco seria feito de um tecido de malhas, através das quais as bolas pudessem ser lidas pelo público, e, ipso facto, pelos mesmos candidatos, que assim teriam tempo de corrigir as inscrições.

Infelizmente, senhores, o comentário da lei é a eterna malícia. A mesma porta aberta à lealdade serviu à astúcia de um certo Nabiga, que se conchavou com o oficial das extrações, para haver um lugar na assembleia. A vaga era uma, os candidatos três; o oficial extraiu as bolas com os olhos no cúmplice, que só deixou de abanar negativamente a cabeça, quando a bola pegada foi a sua. Não era preciso mais para condenar a ideia das malhas. A assembleia, com exemplar paciência, restaurou o tecido espesso do regime anterior; mas, para evitar outras elipses, decretou a validação das bolas cuja inscrição estivesse incorreta, uma vez que cinco pessoas jurassem ser o nome inscrito o próprio nome do candidato.

(Adaptado de: ASSIS, Machado de. A sereníssima república [Conferência do Cônego Vargas]. In: **Papéis avulsos**. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2011, p.204)

24. Na leitura do trecho, evidenciam-se elementos que o caracterizam como narrativo

- (A) pelos defeitos de ortografia e figuras de retórica relatados pelo narrador, o que implicou a fraude eleitoral.
- (B) pela presença das expressões *literário* e *elipse*, quando se narra a devassa exigida pelos vencidos.
- (C) pela presença de um espaço temporal, de fatos eleitorais e ações de personagens, habitantes de uma república.
- (D) pelo emprego de vocábulos como *ducal* e *argentário*, o que denota intenções tipicamente literárias.
- (E) pela presença de interlocutores específicos, destacados no vocativo "senhores", estabelecendo relação entre o narrador e os leitores.



25. O emprego da conjunção como elemento coesivo, com efeito de estabelecer oposição entre ideias, está presente em:
- (A) ... *uma vez que cinco pessoas jurassem ser o nome inscrito o próprio nome do candidato.*
 - (B) *Nesse mesmo dia ficou decretado que o saco seria feito de um tecido de malhas, através das quais as bolas pudessem ser lidas pelo público ...*
 - (C) *Mas os vencidos não se contentaram de dormir sobre os louros do vencedor;*
 - (D) ... *delito, se o era, puramente literário.*
 - (E) *Infelizmente, senhores, o comentário da lei é a eterna malícia.*
-
26. Na oração *Nem Hazeroth nem Magog foram eleitos*, a relação estabelecida entre os sujeitos e o verbo é de
- (A) comparação.
 - (B) conclusão.
 - (C) alternância.
 - (D) exclusão.
 - (E) adição.
-
27. A figura de sintaxe que omite um termo, permitida por um determinado contexto e situação, está presente em:
- (A) *A assembleia, com exemplar paciência, restaurou o tecido espesso do regime anterior ...*
 - (B) *A mesma porta aberta à lealdade serviu à astúcia de um certo Nabiga ...*
 - (C) ... *político obscuro, que subiu logo à poltrona ducal, com espanto geral da república.*
 - (D) *A devassa mostrou que o oficial das inscrições intencionalmente viciara a ortografia de seus nomes.*
 - (E) ... *a do primeiro por faltar a primeira letra do nome, a do segundo por lhe faltar a última.*
-

Atenção: Para responder às questões de números 28 a 30, considere o texto a seguir:

ILUMINAÇÃO – 7:800\$000

A Prefeitura foi intrujada quando, em 1920, aqui se firmou um contrato para o fornecimento de luz. Apesar de ser o negócio referente a claridade, julgo que assinaram aquilo às escuras. É um BLUFF. Pagamos até a luz que a lua nos dá.*

*BLUFF expressão inglesa que foi aportuguesada como “blefe”: atitude enganadora, em jogo de cartas, que busca iludir o adversário.

(RAMOS, Graciliano. **O relatório do prefeito Graciliano Ramos**. Brasília: Conselho Federal de Administração, 2018, p.13)

28. Por se tratar de um fragmento de um relatório administrativo, o texto é predominantemente
- (A) argumentativo, porque apresenta análises de dados e busca persuadir um interlocutor específico.
 - (B) literário, porque foi escrito por Graciliano Ramos, célebre escritor da Literatura Brasileira.
 - (C) didático, porque é um excelente modelo de como se escrever relatórios de administração pública.
 - (D) informativo, porque traz dados, ações e resultados alcançados em um determinado período.
 - (E) descritivo, porque relata fatos e situações típicas de uma cidade do interior do país.
-
29. A expressão *Apesar de* estabelece entre as orações relação de
- (A) proporção.
 - (B) consequência.
 - (C) condição.
 - (D) conformidade.
 - (E) concessão.
-
30. *Pagamos até a luz que a lua nos dá*, ironicamente, traz o sentido de engano que se anuncia no seguinte encadeamento vocabular:
- (A) Intrujada, claridade e negócio.
 - (B) Intrujada, às escuras e BLUFF.
 - (C) Prefeitura, negócio, assinaram.
 - (D) Intrujada, claridade, luz.
 - (E) Prefeitura, negócio, BLUFF.
-

**Técnica Legislativa e Processo Legislativo**

31. O Governador do Estado do Amapá apresentou projeto de lei criando cargos públicos vinculados ao Poder Executivo e fixando-lhes a respectiva remuneração, tendo a propositura tramitado em regime de urgência a pedido do autor do projeto. A proposta foi aprovada pela Assembleia Legislativa com emenda parlamentar que aumentou o valor da remuneração nela inicialmente prevista. Considerando esses dados à luz das normas constitucionais aplicáveis, o projeto de lei tramitou
- (A) irregularmente, apenas porque não é cabível a apresentação de emenda parlamentar em projetos de lei de iniciativa do Governador.
 - (B) irregularmente, apenas porque não poderia ter sido submetido a regime de urgência, nem ter sido aprovado com emenda parlamentar que implicou aumento de despesas.
 - (C) regularmente em relação a todos os aspectos mencionados no enunciado.
 - (D) irregularmente, apenas porque não poderia ter sido submetido a regime de urgência.
 - (E) irregularmente, apenas porque não poderia ter sido aprovado com emenda parlamentar que implicou aumento de despesas.
-
32. Projeto de lei de iniciativa governamental, dispondo sobre a obrigatoriedade de oferta de cardápios em restaurantes, obteve parecer favorável junto à Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Cidadania da Assembleia Legislativa do Amapá, seguindo para apreciação de outras Comissões permanentes dessa Casa Legislativa. Nesse caso, de acordo com as normas regimentais que disciplinam a tramitação do processo legislativo junto ao Poder Legislativo amapaense,
- (A) após apreciado o projeto de lei pelas demais Comissões permanentes competentes e iniciada a discussão em plenário, a propositura poderá receber emenda de um quinto, pelo menos, dos membros da Assembleia Legislativa, a ser comunicada ao Plenário.
 - (B) após apreciado o projeto de lei pelas demais Comissões permanentes competentes e concluída a discussão em plenário, o início da votação da propositura impedirá a apresentação de emenda parlamentar.
 - (C) o Governador poderá propor alteração ao projeto, enquanto a propositura estiver na dependência de parecer da Comissão de Orçamento e Finanças.
 - (D) o Governador poderá propor alteração ao projeto, ainda que já tenha sido apreciado pelas Comissões permanentes competentes, enquanto a propositura não for incluída na ordem do dia.
 - (E) as demais Comissões permanentes competentes para apreciar o projeto poderão apresentar emenda parlamentar, por meio de parecer, sendo, todavia, vedada a apresentação de emenda substitutiva da proposição principal.
-
33. Considere os seguintes atos de competência da Assembleia Legislativa do Amapá:
- I. parecer sobre proposição que visa a modificar o Regimento Interno da Assembleia Legislativa;
 - II. promulgação de Emenda à Constituição do Estado;
 - III. promulgação de projeto de lei sancionado tacitamente pelo Governador.
- Considerando o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Amapá e as normas constitucionais que regem a matéria, os atos acima referidos inserem-se no âmbito das atribuições dos seguintes órgãos do Poder Legislativo do Amapá:
- (A) I. Presidente – II. Mesa Diretora – III. Presidente.
 - (B) I. Presidente – II. Presidente – III. 1º Secretário.
 - (C) I. Mesa Diretora – II. Mesa Diretora – III. Presidente.
 - (D) I. Mesa Diretora – II. Presidente – III. Presidente.
 - (E) I. Presidente – II. Mesa Diretora – III. 1º Secretário.
-
34. Ao manifestar-se sobre certo projeto de lei, a Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Cidadania da Assembleia Legislativa do Amapá emitiu parecer concluindo pela inconstitucionalidade da proposta. Nessa situação, impõe-se a
- (A) tramitação do projeto pelas demais Comissões competentes, cabendo exclusivamente ao Plenário declarar o projeto de lei prejudicado por inconstitucionalidade.
 - (B) tramitação do projeto pelas demais Comissões competentes e, na sequência, encaminhamento ao Presidente da Assembleia Legislativa, a quem cabe declarar o projeto de lei prejudicado.
 - (C) interrupção da tramitação do projeto, que deverá ser declarado prejudicado pelo Presidente da Comissão.
 - (D) interrupção da tramitação do projeto, que deverá ser encaminhado à Mesa Diretora, cabendo ao Presidente da Assembleia Legislativa declará-lo prejudicado.
 - (E) interrupção da tramitação do projeto, que deverá ser encaminhado à Mesa Diretora, cabendo exclusivamente ao Plenário declará-lo prejudicado por inconstitucionalidade.



35. Projeto de lei de iniciativa do Tribunal de Justiça foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Amapá e encaminhado para sanção ou veto do Governador, que o vetou integralmente, por motivo de inconstitucionalidade. À luz da ordem constitucional, o projeto de lei
- (A) não poderia ter sido vetado pelo Governador, por tratar-se de projeto de lei de iniciativa do Tribunal de Justiça, que apenas pode ser vetado por contrariedade ao interesse público.
 - (B) poderia ter sido vetado pelo Governador, uma vez que o fato de o projeto de lei ser de iniciativa do Tribunal de Justiça não obsta que seja vetado por inconstitucionalidade ou por contrariedade ao interesse público.
 - (C) não poderia ter sido encaminhado ao Governador, por tratar-se de projeto de lei de iniciativa do Tribunal de Justiça, devendo ser promulgado pela Mesa Diretora.
 - (D) não poderia ter sido vetado pelo Governador, por tratar-se de projeto de lei de iniciativa do Tribunal de Justiça, devendo o Governador apenas promulgá-lo.
 - (E) não poderia ter sido vetado pelo Governador, por tratar-se de projeto de lei de iniciativa do Tribunal de Justiça, devendo o Governador apenas sancioná-lo.

36. Considere o seguinte hipotético projeto de lei no que toca a aspectos de técnica legislativa:

“Artigo 1º Esta Lei regula, no âmbito do Estado, a Política Estadual sobre Drogas.

Parágrafo único. Para os fins desta lei, considera-se:

- I. droga: substância psicoativa, legal ou ilegal, que, quando consumida, tem a capacidade de alterar os processos de pensamento de um indivíduo;*
- II. usuário: indivíduo que faz uso de uma ou mais substâncias psicoativas.*

[...]

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 10 Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação.”

O projeto de lei NÃO se encontra em conformidade com a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, em relação

- (A) à indicação do parágrafo único por extenso, uma vez que deveria ter sido representado pelo sinal gráfico “§”.
 - (B) à cláusula de revogação, uma vez que deveriam ter sido enumeradas, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.
 - (C) ao desdobramento do parágrafo único em incisos, uma vez que deveria ser desdobrado em itens.
 - (D) à indicação da vigência, uma vez que as leis devem entrar em vigor na data de sua publicação.
 - (E) ao uso do número cardinal para numerar o último artigo, uma vez que deveria ter sido usado o número ordinal.
37. No início da legislatura, o Presidente da Assembleia Legislativa do Amapá constatou a existência de vários projetos de lei, apresentados durante a legislatura anterior, que se encontravam sem parecer da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Cidadania. Dentre essas propostas havia projetos de lei de iniciativa do Governador, do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas, do Ministério Público, de iniciativa popular, bem como de iniciativa parlamentar. Nesse caso, à luz do Regimento Interno da Casa Legislativa, deverão ser arquivadas as proposições que sejam de iniciativa
- (A) do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas e do Ministério Público.
 - (B) parlamentar.
 - (C) de qualquer autor.
 - (D) do Governador e parlamentar.
 - (E) do Ministério Público e popular.

38. Projeto de lei de iniciativa parlamentar apresentado à Assembleia Legislativa do Amapá, que tramitar em regime de urgência,
- (A) será promulgado pelo Presidente da Casa Legislativa nas 48 horas seguintes à aprovação da proposta.
 - (B) não poderá receber emendas parlamentares.
 - (C) não será submetido à apreciação das Comissões permanentes.
 - (D) não será incluído em pauta para discussão, independentemente de nela já ter estado, iniciando-se desde logo sua votação.
 - (E) será incluído na primeira Sessão Ordinária Deliberativa que se organizar, assim que estiver regimentalmente instruído.

39. Projeto de lei aprovado pela Assembleia Legislativa do Amapá foi enviado ao Governador para sanção ou veto. Todavia, após decorridos 20 dias úteis do recebimento da proposta, constatou-se que o Chefe do Poder Executivo ainda não havia praticado qualquer ato em relação ao projeto. Nesse caso, o silêncio do Governador
- (A) importou veto ao projeto de lei, uma vez que o Governador tem o prazo de 15 dias corridos para sancionar a propositura.
 - (B) ainda poderá ser suprido com o veto governamental, se não houver sido ultrapassado o prazo de 25 dias corridos.
 - (C) importou sanção ao projeto de lei, uma vez que o Governador tem o prazo de 15 dias úteis para vetar a propositura.
 - (D) importou sanção ao projeto de lei, uma vez que o Governador tem o prazo de 15 dias corridos para vetar a propositura.
 - (E) importou veto ao projeto de lei, uma vez que o Governador tem o prazo de 15 dias úteis para sancionar a propositura.



40. Ao dispor sobre o funcionamento da Assembleia Legislativa, a Constituição do Amapá prescreve que
- (A) a Assembleia Legislativa reunir-se-á, em Sessão Preparatória, a partir de 1^o de fevereiro, no primeiro ano de Legislatura, para a posse de seus membros e eleição da Mesa Diretora, para mandato de dois anos, permitida a reeleição.
 - (B) é permitida a convocação extraordinária da Assembleia Legislativa apenas para o compromisso e a posse do Governador e Vice-Governador do Estado.
 - (C) é devido o pagamento de parcela indenizatória aos Deputados em razão de convocação extraordinária da Assembleia Legislativa.
 - (D) a sessão legislativa não será interrompida em 22 de dezembro sem a aprovação de lei específica, fixando o valor do subsídio dos Deputados para o exercício subsequente.
 - (E) a Assembleia Legislativa reunir-se-á, anualmente, na capital do Estado, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1^o de agosto a 20 de dezembro, salvo no primeiro ano de Legislatura.

Noções de Direito Administrativo e de Administração Pública

41. O diretor de um órgão público municipal revogou uma licitação que ele próprio havia autorizado, sendo que a revogação foi justificada com base em contingenciamento de recursos orçamentários, que havia sido determinado pelo Prefeito. A empresa vencedora da licitação investigou a questão e descobriu que não havia nenhuma ordem de contingenciamento determinada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal. Com base nesse relato, conclui-se que a revogação é
- (A) válida, visto que compete a quem pratica o ato revogá-lo.
 - (B) inválida, pois as licitações não são sujeitas a revogação.
 - (C) inválida, pois constata-se um vício formal no ato.
 - (D) válida, pois sendo um ato discricionário, sequer precisava ser motivado.
 - (E) inválida, o que se constata com base na teoria dos motivos determinantes.

42. Segundo a Constituição Federal, o servidor público estável poderá ser colocado em disponibilidade quando ocorrer a:

- I. extinção ou declaração da desnecessidade do cargo público.
- II. reprovação em estágio probatório.
- III. necessidade de corte de despesas para cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- IV. reintegração de antigo titular do cargo, cuja demissão foi invalidada por sentença judicial.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
 - (B) I e IV.
 - (C) I e III.
 - (D) II.
 - (E) III.
43. No contexto das contratações administrativas, constitui "fato do príncipe"
- (A) a cláusula do edital de licitação que permite à Administração revogar a licitação.
 - (B) a rescisão unilateral do contrato, decorrente de conveniência administrativa.
 - (C) a cláusula contratual que permite à Administração alterar unilateralmente o contrato.
 - (D) o ato de autoridade pública, não relacionado com o contrato, que impacta no seu equilíbrio econômico-financeiro.
 - (E) o evento de natureza interna, relacionado à gestão contratual, que dificulta ou impede a execução do ajuste pelo contratado.
44. São modalidades licitatórias adequadas à alienação de bens da Administração pública, de acordo com os critérios previstos na Lei nº 8.666/93:
- (A) o leilão e a concorrência.
 - (B) o concurso e a tomada de preços.
 - (C) a tomada de preços e a concorrência.
 - (D) o concurso e o convite.
 - (E) o pregão e a tomada de preços.
45. As entidades da Administração pública são classificadas em dois grupos: as que possuem personalidade de direito público e aquelas que possuem personalidade de direito privado. Dentre as que possuem personalidade de direito público estão as
- (A) subsidiárias estatais.
 - (B) sociedades de economia mista.
 - (C) empresas públicas.
 - (D) agências reguladoras.
 - (E) fundações constituídas nos termos do art. 62 do Código Civil.



46. Alberto Caeiro, cidadão residente no Amapá, encaminhou ao Serviço de Informações ao Cidadão do Estado um pedido de acesso a informações contendo dois itens: I. o número de portadores de hanseníase no Estado; e II. o nome e endereço das pessoas diagnosticadas com a doença. Não há justificativa no pedido de informações. Sabe-se também que tais dados estão retratados em documento interno da Secretaria da Saúde do Estado. Nos termos da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), o pedido de Alberto
- (A) deve ser deferido integralmente, a menos que alguma dessas informações tenha sido classificada como sigilosa.
 - (B) deve ser indeferido integralmente, pois todas as informações relativas a questões de saúde devem ser consideradas sigilosas.
 - (C) deve ser parcialmente deferido, apenas em relação ao item I, pois o item II envolve informações pessoais que são considerados sigilosos pela lei, para proteção da privacidade das pessoas.
 - (D) deve ser deferido integralmente, pois todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral.
 - (E) deve ser indeferido integralmente, pois é obrigatória a motivação dos pedidos de acesso a informações.
-
47. A Lei de Improbidade (Lei nº 8.429/92) prevê a aplicação de sanções àqueles que praticarem condutas caracterizadas como atos de improbidade. É sanção prevista na referida lei:
- (A) proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, por prazo de três a dez anos, a depender do tipo de improbidade cometida.
 - (B) confisco de ativos, em montante correspondente ao quádruplo da lesão ocasionada ao erário.
 - (C) pena privativa de liberdade, em regime de reclusão, de três a oito anos, a depender do tipo de improbidade cometida.
 - (D) perda da nacionalidade brasileira, para os agentes que forem brasileiros naturalizados.
 - (E) liquidação compulsória das empresas que se envolverem em atos de improbidade.
-
48. Segundo a Constituição do Amapá, o Tribunal de Contas do Estado é competente para
- (A) formular lista tríplice para provimento de cargo vago de Conselheiro, a ser escolhido pelo Governador.
 - (B) julgar as contas do Governador do Estado.
 - (C) julgar as contas da Mesa Diretora das Câmaras Municipais.
 - (D) decretar a intervenção nos municípios nas hipóteses de violação das normas constitucionais sobre aplicação de recursos públicos.
 - (E) julgar as contas dos prefeitos municipais.
-
49. Ricardo Reis, servidor público, foi acusado, em processo disciplinar, de haver subtraído da repartição um aparelho de ar condicionado, falta que ensejaria sua demissão a bem do serviço público. Em processo criminal instaurado concomitantemente, o juiz absolveu Ricardo, concluindo que Bernardo Soares, pessoa totalmente estranha à repartição, era o verdadeiro responsável pelo furto. Constatou-se, todavia, que Ricardo Reis havia se ausentado da repartição sem acionar os alarmes antifurto, providência de sua exclusiva responsabilidade. Tal comportamento não gerou punição na esfera criminal, por se tratar de conduta criminalmente atípica.
- Diante do relato hipotético, conclui-se que Ricardo Reis
- (A) será absolvido da conduta que lhe foi inicialmente imputada, mas ainda poderá ser punido pela conduta omissiva, pois, embora considerada criminalmente atípica, pode configurar falta disciplinar residual.
 - (B) deve pedir a inclusão de Bernardo Soares no processo disciplinar, na qualidade de corréu, de maneira a diminuir sua responsabilidade no incidente.
 - (C) não sofrerá punições em âmbito administrativo, visto que a decisão criminal é vinculante na esfera administrativa.
 - (D) pode ser demitido pela subtração do equipamento, visto que as conclusões da decisão proferida na esfera criminal não vinculam a Administração.
 - (E) será indenizado pela injusta submissão a processo disciplinar, o que é suficiente para configurar dano moral.
-
50. A Resolução nº 91, de 26/04/2006 – Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá – dispõe, acerca da organização administrativa da Casa, que compete
- (A) ao Primeiro Vice-Presidente inspecionar os trabalhos administrativos da Assembleia Legislativa.
 - (B) à Comissão de Ética julgar as infrações disciplinares dos servidores da Casa.
 - (C) ao Presidente da Assembleia Legislativa determinar a instauração de sindicâncias e inquérito administrativo.
 - (D) ao Primeiro Secretário nomear, promover, comissionar, exonerar, demitir, licenciar, pôr em disponibilidade e aposentar o pessoal da Assembleia Legislativa, assim como conceder-lhes vantagens, nos termos da Lei.
 - (E) à Mesa Diretora interpretar, conclusivamente, em grau de recurso, as disposições do Regulamento dos Serviços Administrativos da Assembleia Legislativa.

**PROVA DISCURSIVA-ESTUDO DE CASO****Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado, Capítulo 11: 11.4 Para todas as Categorias/Áreas/Especialidades, a **Prova Discursiva-Estudo de Caso** destinar-se-á a avaliar o domínio de conteúdo dos temas abordados, a experiência prévia do candidato e sua adequabilidade quanto às atribuições do cargo e especialidade, bem como o uso da Língua Portuguesa em sua modalidade escrita, considerando a capacidade de expor argumentos com clareza, concisão, precisão, coerência e objetividade a respeito do assunto abordado, avaliando inclusive a correção gramatical, em conformidade com a norma culta. 11.5 Para todas as Categorias/Áreas/Especialidades, a **Prova Discursiva-Estudo de Caso** constará de 02 (duas) questões práticas, para as quais o candidato deverá apresentar, por escrito, as soluções. Os temas versarão sobre conteúdo pertinente a Conhecimentos Específicos, conforme programa constante do Anexo II deste Edital, adequados às atribuições da Categoria/Área/Especialidade para o qual o candidato se inscreveu. 11.5.1 Na **Prova Discursiva-Estudo de Caso**, para cada uma das questões, deverá ser rigorosamente observado o limite máximo de linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos ao Estudo de Caso. 11.5.2 A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da **Prova Discursiva-Estudo de Caso** pela Banca Examinadora. 11.5.3 Durante a realização da **Prova Discursiva-Estudo de Caso** para **Analista Legislativo-Todas as Áreas/Especialidades e Assistente Legislativo-Todas as Áreas/Especialidades NÃO** será permitida nenhuma espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações. 11.6 A **Prova Discursiva-Estudo de Caso** terá caráter habilitatório e classificatório. Cada uma das questões será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, considerando-se habilitado o candidato que tiver obtido, simultaneamente: 11.6.1 nota mínima, em cada uma das questões igual ou superior a 3 (três) e 11.6.2 no conjunto das duas questões, média igual ou superior a 5 (cinco). 11.7 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na **Prova Discursiva-Estudo de Caso** a que se refere este Capítulo, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 11.8 Será atribuída nota ZERO à Prova Estudo de Caso nos seguintes casos: 11.8.1 fugir ao tema proposto; 11.8.2 apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; 11.8.3 for assinada fora do local apropriado; 11.8.4 apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; 11.8.5 estiver em branco; 11.8.6 apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; 11.8.7 não atender aos requisitos definidos na grade de correção/máscara de critérios definidos pela Banca Examinadora.

QUESTÃO 1

Suponha que em 2017 o Governador do Estado do Amapá tenha encaminhado à Assembleia Legislativa projeto de lei criando nova Secretaria de Estado e fixando-lhe as atribuições, tendo a proposta obtido parecer favorável das Comissões Permanentes competentes, salvo da Comissão de Administração Pública, que proferiu parecer em sentido contrário. No curso do processo legislativo, foi apresentada emenda parlamentar introduzindo artigos que acrescentaram atribuições à Secretaria a ser criada, implicando aumento das despesas inicialmente previstas no projeto. Em 2019, a proposição foi aprovada com a emenda parlamentar, tendo sido encaminhada ao novo Governador que acabara de iniciar seu mandato. O Chefe do Executivo estadual decidiu, todavia, vetar integralmente o projeto de lei, por contrariedade ao interesse público, argumentando, ainda, que seriam inconstitucionais os dispositivos introduzidos pela emenda parlamentar. Considerando as normas constitucionais e o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Amapá, responda, justificadamente:

- O parecer contrário da Comissão de Administração Pública deveria ter impedido a tramitação do projeto de lei?
- A emenda parlamentar poderia ter sido aprovada pela Assembleia Legislativa?
- Considerando tratar-se de proposição apresentada pelo Chefe do Executivo, o atual Governador poderia ter vetado integralmente o projeto de lei encaminhado por seu antecessor? Deveria ter se limitado a opor o veto aos artigos introduzidos pela emenda parlamentar?

(Utilize as linhas abaixo para rascunho)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

**QUESTÃO 2**

Álvaro de Campos prestou concurso público para o cargo de Oficial Administrativo na Prefeitura Municipal de Macapá. Sua nomeação se deu apenas no último dia do prazo de validade do concurso. Todavia, no dia seguinte, quando compareceu para o exame médico admissional, constatou-se que, no ato de nomeação, seu nome fora grafado incorretamente como Álvaro de Santos e que seu número de RG também havia sido incorretamente transcrito. Diante de tal situação, responda, justificadamente:

- a. Haverá solução que permita a posse de Álvaro ao cargo público?

(Utilize as linhas abaixo para rascunho)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO